



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0003064-47.2015.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer**
 Requerente: **VALDEMIR VAZ**
 Requerido: **CLAYTON GOMES PAPA e outro**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

DECIDO.

Trata-se de ação em que o autor alegou ter adquirido do réu **MÁRCIO** um automóvel, efetuando parte do pagamento em dinheiro e parte com outro veículo de sua propriedade.

Alegou ainda que o automóvel que comprou estava com a documentação em nome do réu **CLAYTON**, recebendo a garantia de que ela seria regularizada para que pudesse fazer a transferência para o seu nome.

Como isso não aconteceu, almeja à condenação dos réus a tanto.

O réu **MÁRCIO** foi citado pessoalmente e não compareceu à audiência, bem como deixou de contestar o feito.

Presumem-se verdadeiros em relação a ele, pois, os fatos articulados pelo autor (art. 20 da Lei nº 9.099/95).

Quanto ao réu **CLAYTON**, reconheceu em contestação que vendeu ao réu **MÁRCIO** e a outra pessoa chamada Luiz o veículo adquirido posteriormente pelo autor, recebendo como parte do pagamento uma motocicleta que depois veio a saber estava bloqueada, não tendo conseguido resolver essa pendência.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

O quadro delineado basta ao acolhimento da pretensão deduzida.

Com efeito, é incontroverso que o réu **CLAYTON** era o proprietário de um automóvel e que ele o vendeu ao réu **MÁRCIO**.

De igual modo, ficou patenteado que esse automóvel foi depois comprado pelo autor sem que sua documentação fosse regularizada para viabilizar a transferência ao seu nome.

Isso basta para que os réus sejam condenados ao cumprimento da obrigação de fazer especificada a fl. 01, porquanto é necessário que o autor passe a figurar como seu proprietário junto aos competentes órgãos de trânsito.

Nem se diga, ademais, que os problemas na negociação envolvendo os réus projetariam efeitos que atingiriam o autor.

Na verdade, com a tradição do automóvel operou-se a modificação de sua propriedade, que passou num primeiro momento ao réu **MÁRCIO** e em seguida ao autor.

Tal transação foi plenamente concretizada, competindo ao autor lançar mão das providências que repute adequadas para dirimir a pendência com a motocicleta que recebeu como parte do pagamento.

Outrossim, não se apurou concretamente qualquer liame entre o autor e o réu **MÁRCIO** que pudesse levar à ideia de obraram em conjunto para ludibriar o réu **CLAYTON** ou causar-lhe algum tipo de prejuízo.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para condenar os réus a regularizarem a documentação do automóvel tratado nos autos no prazo de cinco dias, contados da intimação da presente e **independentemente do seu trânsito em julgado**.

Ressalvo desde já que na hipótese de descumprimento pelos réus da obrigação imposta deverá ser expedido alvará para a CIRETRAN local a fim de que promova a transferência do veículo diretamente para o autor, dando-se por supridas as manifestações dos réus para que isso sucedesse.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 27 de agosto de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**